



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: INTERSECÇÕES EM SALA DE AULA

José Luiz Xavier Filho¹

Karina Moreira Ribeiro da Silva Melo

RESUMO

A escola não é uma instituição engessada, parada no tempo. É um espaço que foi sendo constituído e continua passando por diversos processos de mudança. Obviamente essas mudanças não ocorreram de maneira homogênea em todas as escolas, tendo em vista as diferentes formas de recepção e apropriação de metodologias por docentes e discentes. Nesse sentido, o(a) professor(a) também pode e deve estimular a pesquisa dos estudantes nos diferentes meios de comunicação, auxiliando-os a filtrar e selecionar informações e a construir respostas ou conceitos sobre determinados temas históricos. Dito isto, buscou-se neste trabalho refletir sobre dois temas fundamentais e que estão intimamente ligados, Educação Patrimonial e Ensino de História, porque compõem e permeiam a questão da educação na escola brasileira: a memória, a história, a diversidade e a pluralidade cultural local em tempos de globalização. Ao mesmo tempo, sugerimos práticas e formas de aplicação de metodologias de educação patrimonial para incentivar docentes e discentes a pensar criticamente sobre os sentidos da preservação e valorização do riquíssimo patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Sala de Aula.

ABSTRACT

The school is not a plastered institution, stuck in time. It is a space that has been created and continues to undergo different processes of change. Obviously, these changes did not occur homogeneously in all schools, given the different forms of reception and appropriation of methodologies by teachers and students. In this sense, the teacher can and should also

¹ Mestrando em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas (UPE), professor de História do quadro efetivo da rede municipal de ensino do município da Lagoa dos Gatos - PE, ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4762429040202808>, e-mail: jlxfilho@hotmail.com.

O presente artigo foi escrito para a disciplina de Patrimônio Cultural, ministrada pela Professora Karina Moreira Ribeiro da Silva Melo, professora adjunta no curso de História da UPE Multicampi e no Mestrado Profissional em Culturas Afro-brasileiras, da Diáspora e dos Povos Indígenas/PROCADI. E-mail: karina.melo@upe.br.



encourage students to research different media, helping them to filter and select information and build answers or concepts on certain historical topics. That said, this work sought to reflect on two fundamental themes that are closely linked, Heritage Education and History Teaching, because they compose and permeate the issue of education in Brazilian schools: memory, history, diversity and cultural plurality local in times of globalization. At the same time, we suggest practices and ways of applying heritage education methodologies to encourage teachers and students to think critically about the meanings of preserving and valuing Brazil's rich cultural heritage.

Keywords: Heritage Education; History teaching; Classroom.

INTRODUÇÃO

Muito tem se discutido sobre as possibilidades de renovação do ensino de História, seja nas escolas ou universidades. Um dos grandes desafios é como transmitir as mudanças historiográficas, a incorporação e inovação no uso das fontes, a realização de projetos e atividades que levem o ensino básico e das licenciaturas a aplicarem no seu cotidiano os princípios que constituem a construção do conhecimento histórico.

A História não é um conhecimento congelado, pelo contrário, ganha dinamismo à medida que docentes e discentes repensam os temas e os objetos. Por outro lado, embora com pontos de intersecção, ela diferencia-se da literatura, da memória ou da crônica. É importante destacar que, embora História e memória sejam formas de acessar o passado e tenham elementos em comum, tratam-se de campos distintos na medida em que a primeira tem um compromisso com a crítica das fontes, do conhecimento produzido, utiliza os métodos de investigação e comprovação que procuram garantir a produção de um saber científico.

Um dos historiadores mais importantes do século XX, Marc Bloch, escreveu sua última obra em resposta a uma pergunta de seu filho. Eis o início do seu livro:

“Papai, então me explica para que serve a história”. Assim um garoto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai historiador. [...] Não imagino, para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares. Mas simplicidade tão apurada é privilégio de alguns raros eleitos. Pelo menos conservarei aqui de bom grado essa pergunta como epígrafe, pergunta de uma criança cuja sede de saber eu talvez não tenha, naquele momento, conseguido satisfazer muito bem. Alguns, provavelmente, julgarão sua formulação ingênua. Parece-me, ao contrário, mais que pertinente. O problema que ela coloca, com a incisiva objetividade dessa idade implacável, não é nada menos do que o da legitimidade da história (BLOCH, 2001, p. 4).



Como se vê, parece uma tarefa bastante ousada e difícil, até mesmo para um dos maiores historiadores da contemporaneidade, explicar às crianças/adolescentes qual é a função da História. E a afirmação do autor, de ter como ponto de partida de sua obra a pergunta formulada por uma criança, parece oportuna para refletirmos sobre as possibilidades de abordagens históricas com os jovens na escola.

Sendo assim, os currículos escolares e o próprio trabalho em sala de aula têm procurado acompanhar o desenvolvimento dos estudos históricos nas universidades. A velha História de fatos e nomes já vem sendo substituída pela História Social e História Cultural, os estudos das mentalidades e representações estão sendo incorporados, pessoas comuns já são reconhecidas como sujeitos históricos, o cotidiano está presente nas aulas e o etnocentrismo vem sendo abandonado em favor de uma visão mais pluralista.

A escola é uma instituição destinada a formar cidadãos, e não apenas a fornecer informações e teorias. A escola é um lugar importante de aprendizado e de sociabilidade das crianças e dos adolescentes. Assim, ela deve ser capaz de oferecer uma base cultural comum a todos os alunos e alunas. Na escola os estudantes formam suas identidades no âmbito individual e coletivo e estabelecem relações com diferentes grupos sociais.

Por tudo isso o processo de ensino e aprendizagem deve, necessariamente, incluir diversas possibilidades pedagógicas que estimulem um olhar mais abrangente sobre a diversidade cultural humana. Logo, o presente artigo tem como objetivo oferecer subsídios conceituais, procedimentais e atitudinais para os interessados em desenvolver, em sua prática docente cotidiana com alunos(as) do Ensino Fundamental dos Anos Finais, projetos e metodologias voltados à Educação Patrimonial. Adotamos uma estratégia na escrita deste artigo, de ser em uma única sessão, para deixar o texto mais fluido e objetivo.

NOVAS ABORDAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA: INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O ensino de História nas escolas de Ensino Fundamental não pode se limitar a uma mera submissão ao conhecimento produzido pelos historiadores. Nas escolas, alunos(as) e professores(as) geralmente dialogam com os conhecimentos eruditos da História, produzem e (re)produzem conhecimentos históricos. Os docentes, então, não são meros reprodutores de conhecimentos produzidos por pensadores que se encontram fora do ambiente escolar. A velha noção de divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam o pensado não se enquadra nesse caso.

Dito isto, os professores e professoras, então, cumprem um significativo papel de (re)produzir conhecimentos eruditos importantes para a sociedade, ao mesmo tempo, são pensadores(as) que produzem conhecimentos no espaço escolar. Por isso mesmo, ainda



tem sido recorrente a valorização de uma qualificada formação e uma vez bem formados(as) serão para desempenhar as inúmeras tarefas que lhe são atribuídas. Contudo, o ambiente escolar apresenta-se desafiador ao docente para a abrangência de novos conhecimentos face ao que se demanda da própria sociedade representada pelos(as) alunos(as) para ampliação e/ou aquisição de novas aprendizagens.

Nessa base do contexto vivenciado pelos estudantes, o(a) professor(a) desafia, e pode se propor com novas possibilidades para que se redirecionem, ampliem-se ou desenvolvam novos enfoques sobre o conhecimento, como o que se constitui o foco desse artigo. De forma dialógica, o docente se propõe a novas aprendizagens dos discentes que exigem formação com orientações especiais para atuações individuais e coletivas. Nesse processo, os alunos e as alunas são envolvidos a buscar, a selecionar informações, a construir hipóteses e a tomar decisões reorganizando e dando sentido e significado ao conhecimento. É importante que sejam incentivados(as) e orientados(as) a refletir criticamente sobre o que lhes é apresentado e a transcender, isto é, ir além das informações obtidas, distinguindo os dados mais importantes dos secundários, buscando relacionar o aprendido com outras informações e situações.

Rüssen (2006) afirma que o aprendizado da História não deve se limitar à aquisição do conhecimento histórico como uma série de fatos objetivos. Para além dessa perspectiva, o conhecimento histórico deve atuar como regra nos arranjos mentais tornando-se, de forma dinâmica, parte integrante da vida do sujeito. Em outras palavras, o conhecimento histórico não significa simplesmente o acúmulo de uma quantidade de informações relacionadas a fatos do passado.

Na perspectiva da consciência histórica, o conhecimento histórico deve servir como uma ferramenta de orientação temporal que levaria a uma leitura do mundo no presente e embasaria uma avaliação quanto às perspectivas de futuro alicerçadas nas experiências humanas do passado. Desse modo, aqueles que desenvolveram a consciência histórica não conheceriam apenas o passado, mas utilizariam esse conhecimento como meio para auxiliar a compreensão do presente e/ou “antecipar”, no plano mental, o futuro em forma de previsão pertinente (MEDEIROS, 2006; BARCA, 2006).

Não obstante as dificuldades do dia a dia nas escolas, as narrativas históricas estão presentes por toda a parte e o sujeito historicamente letrado não se limita apenas a somar um novo conhecimento à quantidade de outros tantos que já possui. O letramento em História possibilita ao sujeito estabelecer uma interação mental durante as leituras das narrativas históricas com o conhecimento histórico já acumulado, estabelecendo, assim, uma orientação temporal e permitindo a construção de novos significados. É importante ressaltar que o indivíduo pode utilizar-se de seus conhecimentos históricos para melhor



compreender o mundo em que vive e não apenas nas situações em que as narrativas históricas são evidentes.

É sob essa perspectiva que nos debruçamos, sobre a relevância da abordagem do nosso objeto de estudo: a inclusão da Educação Patrimonial nas aulas de História. Tendo a consciência de que as novas abordagens de ensinar História, dando ênfase a Educação Patrimonial, podem ser construídas em sala de aula, através e inclusive, a partir das narrativas de alunos(as) e professores(as), não se atendo apenas ao uso, quase que exclusivo, do livro didático da disciplina.

Por outro lado, as mudanças exigem novas possibilidades que se tornam inseridas no cotidiano dos estudantes do Ensino Fundamental dos Anos Finais. Neste sentido, busque-se na escola o conhecimento sobre Educação Patrimonial por serem questionadas até por docentes ao desconhecerem o conhecimento, não somente como responsáveis, por falta mesmo de formação atualizada. É o que se espera no cotidiano escolar.

A História e outras tantas disciplinas escolares têm, nas últimas décadas, feito parte do cotidiano de milhares de alunos(as) e professores(as) de tal forma, que acabamos por achar natural essa organização curricular e essa maneira de “ser da escola”. Existem as “matérias” e os respectivos docentes encarregados de ministrá-las, obedecendo a determinada carga horária no decorrer de um tempo específico chamado “ano letivo”.

Os educadores e educadoras, por sua vez, identificam-se por grupos e *status* no interior da escola, como os que lecionam as disciplinas científicas ou se integram entre os da área de humanas, lembrando ainda outra divisão identitária entre os docentes: os especialistas das disciplinas e os polivalentes das séries iniciais do ensino fundamental. A História e as demais disciplinas fazem parte de um sistema educacional que, embora se redefine constantemente, mantém especificidades no processo de constituição de saberes ou de determinados conhecimentos, que é chamado de conhecimento escolar. Nesse sentido, compactuamos com as afirmações de Circe Maria Fernandes Bittencourt (2009), quando ela nos diz que:

Em decorrência da concepção de escola como lugar de produção de conhecimento, as disciplinas escolares devem ser analisadas como parte integrante da *cultura escolar*, para que se possam entender as relações estabelecidas com o exterior, com a cultura geral da sociedade. Conteúdos e métodos, nessa perspectiva, não podem ser entendidos separadamente, e os conteúdos escolares não são vulgarizações ou meras adaptações de um conhecimento produzido em “outro lugar”, mesmo que tenham relações com esses outros saberes ou ciências de referência. A seleção dos conteúdos escolares, por conseguinte, depende essencialmente de finalidades específicas e assim não decorre apenas dos objetivos das ciências de referência, mas de um complexo sistema de valores e de interesses próprios da escola e do papel por ela desempenhado na sociedade letrada e moderna (grifo da autora) (BITTENCOURT, 2009, p. 39).



A escola, é importante salientar, integra um conjunto de objetivos determinados pela sociedade articula-se com eles, contribuindo para os diferentes processos econômicos e políticos, como o desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico, a formação de uma sociedade consumista, de políticas democráticas ou não. Sendo assim,

[...] por intermédio da concepção de disciplina escolar podemos identificar o papel do professor em sua elaboração e prática efetiva. Cabe então indagar sobre a ação e o poder dele nesse processo, uma vez que há vários sujeitos na constituição da disciplina escolar, [...] o papel do professor na constituição das disciplinas merece destaque. Sua ação nessa direção tem sido muito analisada, sendo ele o sujeito principal dos estudos sobre *currículo real*, ou seja, o que efetivamente acontece nas escolas e se pratica nas salas de aula. O professor é quem transforma o *saber a ser ensinado* em *saber apreendido*, ação fundamental no processo de produção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído, e a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico ou a de um “reprodutor” de um saber produzido externamente (grifo da autora) (IDEM, 2009, p. 50).

Entretanto, atualmente o que se procura na educação contemporânea é uma prática docente distanciada o mais possível da imagem do “professor enciclopédia”, detentor do saber, buscando a construção de um “professor-consultor”, que contribui para a construção do conhecimento de seus estudantes em sala de aula. Compactuamos com Snyders (1995), quando ele nos diz:

É na sala de aula que se realiza um espetáculo cheio de vida e sobressaltos. Cada aula é única. Nesse espetáculo, a relação pedagógica é, por essência, plural; uma relação em que o professor fornece a matéria para raciocinar, ensina a raciocinar, mas, acima de tudo, ensina que é possível raciocinar (SNYDERS, 1995, p. 109).

Nesse sentido, o docente de História ajuda o estudante a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, pois ele é o responsável por ensinar o estudante como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Conforme afirma Schmidt (2010, p. 34), “ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas e problemáticas em narrativas históricas”.

Para atingir esse objetivo, nada melhor que a educação patrimonial, que abre um leque de interessantes possibilidades para a construção das identidades e memórias coletivas e de noções que envolvem a cidadania, como os direitos humanos e os valores da alteridade, da ética, da solidariedade. Além disso, a educação patrimonial tem o papel de conscientizar nossos aprendizes da responsabilidade de cada um pelo bem geral, no lugar



onde vive e na sociedade como um todo. Dentro disso, Figueira e Miranda (2012) afirmam que:

O ensino de História cumpre especial papel na discussão, na realização de atividades e na proposição de projetos voltados para a educação patrimonial. Como componente curricular, deve proporcionar situações didáticas que permitam aos aprendizes conhecer os bens culturais, a fim de poderem compreender e valorizar aquilo que é comum a determinado grupo social. Nesse sentido, é de fundamental importância que a área de História desenvolva na escola propostas interdisciplinares e ações pedagógicas voltadas para a construção do conceito de patrimônio cultural (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 8).

Destarte, nossa riqueza patrimonial está relacionada a todas as áreas do conhecimento. Assim, o estímulo ao desejo de conhecer e de compreender, o desenvolvimento de ações para valorizar e preservar nossos bens culturais e o incentivo a sentimentos de pertencimento a um lugar compõem movimentos essenciais que podem ser trabalhados pela área de História e estendidos a todas as outras áreas de conhecimento que forma o currículo escolar. Em suas múltiplas possibilidades, o trabalho com o patrimônio cultural deve ser contemplado como parte do projeto político-pedagógico da escola. Assim também nos aponta Schmidt ao dizer que

[...] no tocante ao fazer histórico e ao fazer pedagógico, um dos desafios do historiador é realizar a função didática da História, adequando o conhecimento histórico aos diferentes ambientes de aprendizagem, tais como a sala de aula, o museu e o arquivo. Neste sentido, é importante diferenciar como esta adequação vem sendo pensada a partir do conceito de “transposição didática”, bem como da perspectiva orientada pela função didática da História, baseada principalmente na cognição histórica situada (SCHMIDT, 2010, p. 35).

Diante disto, a educação patrimonial possibilita ao aluno e a aluna perceber que o patrimônio cultural faz parte de sua própria história. Pois tal percepção lhe propicia a oportunidade de conhecer e vivenciar os costumes e as culturas locais, construindo laços de afetividade e de solidariedade com as pessoas e o lugar onde vive. Porque o acesso ao conhecimento e às vivências relacionadas às diversas manifestações culturais ajuda o(a) professor(a) a explorar a percepção e o entendimento sobre o que vem a ser patrimônio cultural como prática social.

Elucidamos importantes fontes de pesquisa das quais achamos pertinentes citar aqui para que possam ajudar aos leitores e leitoras nessa trajetória e acompanhar as transformações e as permanências que envolvem as noções relativas ao patrimônio. Uma delas é *A alegoria do patrimônio* (2001), da historiadora Françoise Choay, com enfoque na questão patrimonial francesa. *O patrimônio em processo* (2009), da pesquisadora brasileira Maria Cecília Londres Fonseca, é um estudo que percorre a história das políticas públicas relacionadas ao patrimônio no Brasil. As instigantes reflexões do historiador francês Jacques



Le Goff, em seu livro *História e Memória* (2003), enfocando o monumento como documento, a relação monumento-documento e o papel do historiador no trabalho de sua análise e interpretação.

Outros textos relacionados à educação patrimonial, que nos serviram e servem como aportes teóricos constantes como *Memória e ensino de História* (2001), de Ricardo Oriá, e *Cultura imaterial e patrimônio nacional* (2007), de Martha Abreu, servirão de base para os(as) leitores(as)/pesquisadores(as), discentes e docentes iniciarem os estudos acerca da prática da educação patrimonial.

Com isto, acreditamos ser de fundamental importância que a área de História desenvolva na escola propostas interdisciplinares e ações pedagógicas voltadas para a construção conceitual de patrimônio cultural. Logo, o ensino de História deve estimular questionamentos como o que é, como é formado, para que serve e que valor tem o patrimônio cultural. É necessário que, na abordagem escolar, ele seja considerado uma prática social e que, a partir daí, desenvolvam-se atividades que levem os alunos a compreender a importância da sua valorização e preservação.

Por isso, uma das principais finalidades da aprendizagem em História é a formação da consciência histórica. Esse pressuposto põe em relevo o fato de que o ensino de história deve ter por objetivo a formação de uma consciência histórica que supere formas tradicionais e exemplares da consciência histórica, responsáveis pela consolidação de narrativas baseadas em organizações lineares do tempo, bem como as visões de que a História é a mestra da vida.

Entretanto, ao mesmo tempo, busca-se também evitar a formação de consciências críticas pautadas em narrativas que rompem com qualquer possibilidade de rever o passado. O objetivo é “uma consciência crítico-genética, cuja relação presente-passado seja fundamentada em narrativas mais complexas” (SCHMIDT, 2010: 69), que se prestem a uma orientação temporal para a vida presente, baseadas em alguns princípios, como liberdade, democracia e direitos humanos, fundamentos numa formação para a cidadania.

Todavia, ressaltamos que são diversas as atividades, as sequências didáticas e os projetos que podem sim ser executados na área da educação patrimonial. Um importante ponto que apontamos aqui neste trabalho, e que pode ser explorado junto aos alunos e as alunas, é a diversidade de fontes, nas quais pode se basear para obter um estudo sobre nosso patrimônio cultural: exame e análises de documentos escritos e não escritos (fotos, objetos, indumentárias etc.)². Tais manifestações devem ser tratadas como evidências

² Importante salientar que apontamos e citamos tais práticas mediante a nossa realidade regional e localidade da escola. Práticas pedagógicas essas que são exitosas no espaço escolar da Escola Municipal Cordeiro Filho, com turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental dos Anos Finais, localizada no município da Lagoa dos Gatos, Pernambuco. Não é nossa intenção impor ou tornar



investigadas que ajudam a conhecer, compreender e valorizar o nosso patrimônio cultural e, com isso, a realizar importantes descobertas sobre nossa identidade individual e coletiva.

A metodologia da educação patrimonial compreende um conjunto de práticas e experiências voltadas à percepção, ao conhecimento, à apropriação, à compreensão, ao reconhecimento, à valorização e à preservação dos diversos bens, tangíveis e intangíveis, de nosso patrimônio cultural. Sua principal proposta é orientar a organização de atividades e estudos interdisciplinares a fim de suplantar a fragmentação dos conteúdos nos currículos escolares e transdisciplinares. Para tanto, é necessário propor e realizar projetos de trabalho nos quais o aluno e a aluna sejam estimulados a fazer uma leitura crítica da realidade e, conseqüentemente, tornarem-se capazes de propor soluções para a resolução de problemas, proporcionando-lhes a experiência da relação direta com os bens e as manifestações culturais.

A educação patrimonial envolve os conceitos, os procedimentos, os métodos e as técnicas da área da História. Sua perspectiva deve se pautar na análise direta dos bens materiais e imateriais de modo que torne o discente apto a compreender as múltiplas relações entre passado e presente, entre memória e história. As ações pedagógicas devem focar os mais diversos bens culturais, e nisso a criatividade do professor e da professora tem papel preponderante, uma vez que cabe a eles(as) escolher os procedimentos mais adequados a facilitar a percepção e o entendimento do estudante sobre o patrimônio cultural.

Sendo assim, abrimos espaço neste ponto, para esclarecer e explicitar a metodologia que nos norteia como docentes em sala de aula e que nos serve como aporte teórico. Utilizamos a metodologia da educação patrimonial, de Maria de Lourdes Horta (2009), como um processo permanente e sistemático, que pode ser aplicado a qualquer evidência material ou imaterial, aos bens tangíveis e intangíveis, seja no exame direto de um único objetivo, seja na análise de um conjunto de bens culturais: uma paisagem, um sítio, um parque, uma área de proteção ambiental, uma manifestação da cultura, processo de trabalho artesanal ou industrial, saberes e fazeres da cultura popular e quaisquer outras expressões decorrentes da relação trabalho humano e/ou ambiente.

Segunda a autora, a abordagem da evidência material ou imaterial escolhida deve ser feita de forma direta, como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. Ela divide em quatro etapas essa metodologia, sendo elas:

1. Observação: consiste na identificação dos objetos, saberes e rituais próprios do lugar onde se desenvolve a atividade, bem como a percepção e caracterização de suas respectivas funções e seus significados. O objetivo

como regra, mas deixar como um norte e um apoio pedagógico, tendo em vista que pode ser adaptável para diferentes realidades.



dessa etapa é que se alcance a percepção visual e simbólica da evidência investigada, por meio do processo de coleta de entrevistas e de relatos de memória direcionados pelos procedimentos da história oral.

2. Registro: trata-se do registro dos bens observados, por meio de desenho, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, vídeos, maquetes e plantas arquitetônicas, etc. O objetivo é mensurar ou estabelecer o valor patrimonial desses bens para a comunidade.

3. Exploração: consiste no desenvolvimento da capacidade de análise, de julgamento crítico e de interpretação das evidências investigadas no bem patrimonial. Essa etapa implica a realização de procedimentos de análise do problema, levantamento de hipóteses, discussões e pesquisas em bibliotecas e outros acervos.

4. Apropriação do bem cultural: nessa etapa, espera-se que os educandos e/ou a população envolvam-se efetiva e afetivamente como os bens culturais, participando de forma criativa de “releituras” desse patrimônio e expressando-as de diferentes formas: textos, músicas, danças, pinturas, dramatizações, fotografias, vídeos, etc. (HORTA, GRUMBERG; MONTEIRO, 2009, p. 11).

Vale ressaltar que as experiências de aplicação dessa metodologia da educação patrimonial e de outras práticas educativas relacionadas ao conhecimento, à valorização e à compreensão dos sentidos de preservação dos bens tangíveis e intangíveis de nosso patrimônio cultural intensificaram-se nos currículos escolares a partir dos anos 1990 (Idem, 2009), principalmente em função das prescrições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), das abordagens da temática nos livros didáticos de História e da ênfase ao trabalho interdisciplinar com os temas transversais.

Nessa linha de pensamento, o trabalho com a memória e o patrimônio cultural na escola pode ser realizado de diversas maneiras. Pela nossa experiência, recomendamos que os docentes (atuais e futuros) de diferentes áreas se reúnam para discutir e planejar sequências de ações didáticas e projetos educativos voltados ao patrimônio cultural e natural da escola. Reforçamos que é de fundamental importância que essas ações envolvam alunos(as) e demais membros da comunidade escolar, como funcionários(as), pais/mães e/ou responsáveis, e moradores(as) do bairro. Frisamos que o trabalho com os temas transversais, especialmente Meio Ambiente e Pluralidade Cultural, previsto nos PCNs, favorecem esse estudo integrado.

À vista disso, quanto à escolha temática patrimonial que será desenvolvida como projeto de trabalho na escola, é recomendável que o(a) professor(a) leve em consideração as manifestações culturais e os lugares da memória que cercam os estudantes, porque dessa maneira, eles poderão reconhecer no objeto de estudo escolhido suas identidades individual e coletiva. Portanto,

[...] é importante que também o professor tenha apreço pelo tipo de bem cultural que pretende trabalhar com seus alunos; com isso, poderá potencializar ainda mais sua motivação para reunir material de informação para o preparo das aulas, e assim, transmitir a eles seu entusiasmo com a pesquisa (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 84).



Sugerimos também que as escolhas temáticas variem de acordo com o ciclo escolar a que se destinam, e que contemplem diferentes tipos de bens patrimoniais. Assim, ao longo do término do Ensino Fundamental dos Anos Finais, os estudantes terão se aproximado de diferentes conteúdos e conceitos relacionados à temática da educação patrimonial.

Deixamos aqui como exemplos, o que já foi realizado em nossa aula de História, ao escolher um lugar de memória do bairro ou cidade, convém indagar aos alunos e as alunas, na fase de identificação do bem patrimonial:

- Como ele é preservado?
- O que é preservado?
- Por que razões é preservado?
- Quem o preserva?

Feito isto, convém também classificar, com os discentes, o bem patrimonial que se escolheu estudar:

- Trata-se de um bem cultural material (construções, monumentos, igrejas, terreiros, feiras, fábricas, objetos, etc.)?
- Trata-se de um bem cultural imaterial (canções, danças, festas, técnicas de artesanato, modos de falar, rezas, culinária, etc.)?
- Trata-se de um bem natural (meio ambiente, paisagem, etc.)?

Com esses exemplos de questionamentos e classificações contribuirá sobremaneira para que, com os seus estudantes, os professores e professoras:

- Providenciem os materiais informativos;
- Decidam quais procedimentos serão necessários para coletar dados, organizar e registrar descobertas;
- Definam os conceitos que ainda deverão ser construídos e planejem as etapas subsequentes do trabalho.

Evidentemente, e frisamos isso, algumas atividades com patrimônio cultural costumam ser diferentes das que são desenvolvidas em sala de aula e, por isso, apresentam obstáculos a serem enfrentados. Tais adversidades, porém, podem ser superadas pelos educandos mediante as orientações do docente, baseadas em seu bom senso e em suas estratégias de comunicação com seus alunos e alunas. Assim, como por exemplo, também em um trabalho de campo, caberá ao(a) professor(a) orientar seus estudantes sobre a conduta que devem adotar, o que devem e o que não devem fazer etc.



Para que os alunos se sintam estimulados a participar das atividades com os bens patrimoniais, o professor precisa trabalhar com os conhecimentos prévios dos alunos sobre o assunto em estudo, permitindo assim que façam conexões com seu universo cultural, estabeleçam relações entre saberes e desenvolvam sentimentos de afinidade com o objeto de estudo e sintam prazer em fazer descobertas (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 86).

Dentro dessa mesma perspectiva, a museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta (2009) afirma que:

A educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva (HORTA, GRUMBERG; MONTEIRO, 2009, p. 8).

Dito isto, acentuamos que antes de iniciar uma atividade relacionada a um tema do patrimônio cultural, é necessário definir quais são os objetivos e resultados pretendidos. Se a atividade planejada for um projeto de trabalho, sugerimos que poderá culminar em um produto final que sintetize ou represente o processo de execução. Caberá também ao docente, definir quais são os conceitos, as habilidades e os conhecimentos a serem desenvolvidos com a atividade. Reforçamos que, nessa etapa inicial, portanto, o(a) professor(a) deve ser também um pesquisador, parafraseando Paulo Freire (1996, p. 32): não existe ensino sem pesquisa nem pesquisa sem ensino.

Nesse sentido, os livros didáticos de História são de grande utilidade, pois propõem procedimentos importantes no trabalho de coleta de informações em pesquisa de campo, citamos como exemplos:

- roteiro de observação;
- entrevistas;
- construção de uma linha de tempo;
- leitura de representações imagéticas, como fotografias, obras de arte e pinturas;
- exame de um texto literário como fonte de informação, etc.

Com esse suporte didático, acessível nas escolas de todo o país, o docente poderá encontrar material de apoio e adaptá-lo de acordo com as necessidades impostas pela atividade que ele escolheu realizar com seus alunos. O trabalho de campo impõe a adoção de diversos procedimentos, e sua escolha dependa da especificidade da temática ou evidência escolhida. Cada objeto, cada lugar de memória, cada manifestação cultural carrega diferentes significados e diversas representações.

Enfatizamos que tais propostas acima citadas e as próximas etapas que compartilharemos a seguir, nos serviram e servem diante do nosso público e o espaço



escolar ao qual foram aplicadas, podendo ter diferentes resultados em ambientes diferentes, mas que sirvam como um possível modelo. Dito isto, para a realização do estudo, é necessário encaminhar os alunos e alunas a um processo composto pelas seguintes etapas:

- percepção do objeto em estudo;
- análise desse objeto: o que é, para que serve, como foi utilizado, qual sua função atual;
- interpretação das informações coletadas e analisadas;
- registro, releitura ou representação do objeto em estudo, em que o estudante possa exteriorizar as descobertas feitas.

As atividades com patrimônio cultural ou natural podem e devem proporcionar o desenvolvimento da criatividade de professores(as) e de alunos(as), dando-lhes a oportunidade de conhecer diferentes modos de viver, gostos, tradições, etc. de nosso país. Por meio dessas atividades, o docente poderá estabelecer conexões entre saberes de diferentes áreas do conhecimento, tornar suas aulas mais interessantes, realizar debates sobre temas atuais e, sobretudo, levar os alunos a se posicionar criticamente sobre problemas sociais e culturais, movimento importantíssimo para que se tornem capazes de interferir em sua realidade e realizar escolhas solidárias, éticas e de respeito às pessoas e ao lugar onde vivem.

Cabe também ao(a) professor(a) escolher a atividade ou temática mais adequada para o trabalho em cada ano dos ciclos escolares. Em discussão com seus pares de trabalho, o docente que está coordenando ou propondo o trabalho deve:

- determinar um cronograma das etapas da atividade, sequência didática ou projeto;
- definir o nível de aprofundamento das tarefas planejadas;
- delimitar recortes temporais e espaciais do estudo a ser realizado.

Elucidamos que ao longo da execução de uma atividade, sequência didática ou projeto, o professor ou a professora deve ainda prever momentos e situações em que os estudantes tenham a oportunidade de compartilhar seus sentimentos e descobertas com a classe, expressando-se, ouvindo os colegas, trocando opiniões e defendendo posições. São diversas as atividades, as sequências didáticas e os projetos que podem ser executados na área da educação patrimonial. Sendo assim, estamos de acordo quando Cristina Figueira e Lílian Miranda nos dizem que,

[...] um importante ponto a ser explorado com os alunos é a diversidade de fontes, nas quais pode se basear para obter um estudo sobre nosso



patrimônio cultural: exame e análise de documentos escritos e não escritos (fotos, objetos, indumentárias, etc.); visita a lugares de memória (museus, arquivos, praças, monumentos, construções, igrejas, terreiros, etc.); observação de diferentes modos de viver (brincadeiras, culinária, canções, linguajares, artesanatos, etc.). Tais manifestações devem ser tratadas como evidências investigadas que ajudam a conhecer, compreender e valorizar o nosso patrimônio cultural e, com isso, a realizar importantes descobertas sobre nossa identidade individual e coletiva (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 89).

Completamos a citação apontando que existe outra questão importante, que é a contextualização do objeto de estudo no tempo e no espaço, admitindo-o como fonte primária de conhecimento. Conclui-se que, as atividades planejadas de maneira interdisciplinar devem envolver também a percepção e a análise das mudanças e das permanências, das diferenças, semelhanças e transformações pelas quais o objeto de estudo passa ao longo do tempo.

Sendo assim, a realização de atividades em educação patrimonial, como os exemplos que foram mencionados, certamente tornará os estudantes mais atentos aos temas estudados e, possivelmente, desejosos de mais informações, com maior aptidão para formar uma opinião mais embasada e crítica acerca das temáticas ligadas ao patrimônio cultural, natural, antropológico, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a construção da identidade tornou-se aspecto central dos objetivos e da missão do ensino de História. Para tanto, é preciso conhecer e identificar o patrimônio cultural que nos faz sermos um povo diverso. Logo, o ensino de História leva em consideração que tanto os docentes como os discentes fazem parte de um coletivo e de um tempo social.

Simultaneamente, compreende que o passado, objeto de estudo da História, um dia já foi o presente e o futuro de alguém, que vivemos em uma sociedade que é como é porque pessoas que viveram antes de nós tomaram determinadas decisões que contribuíram para construir o que somos e o que não somos.

Apesar de não podermos mudar o passado, ao interpretá-lo e narrá-lo à luz de nossas lutas individuais e coletivas, podemos levantar questões sobre o presente e pensar o futuro a partir dos princípios da liberdade, democracia e cidadania. Logo, as atividades com patrimônio cultural ou natural podem e devem proporcionar o desenvolvimento da criatividade de docentes e discentes, dando-lhes a oportunidade de conhecer diferentes modos de viver, gostos, tradições, etc. de nosso país.



O principal objetivo da Educação Patrimonial é promover um novo olhar sobre o patrimônio cultural local, nacional e global. Esse novo olhar deve despertar nos alunos e nas alunas a curiosidade e o interesse em conhecer a diversidade dos bens culturais.

Acreditamos que dessa forma e por meio desse exercício em sala de aula, os professores e professoras poderão estabelecer conexões entre saberes de diferentes áreas do conhecimento, tornar as aulas mais interessantes, realizar debates sobre temas atuais e, sobretudo, levar os alunos a se posicionar criticamente sobre problemas sociais e culturais, movimento importantíssimo para que se tornem capazes de interferir em sua realidade e realizar escolhas solidárias, éticas e de respeito às pessoas e ao lugar onde vivem.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2007.
- BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar**, Especial, p. 93-112. Editora UFPR. Curitiba, 2006.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação da Liberdade/Ed. da Unesp, 2001.
- FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. 4. ed. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 2009.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.
- MEDEIROS, Daniel Hortêncio de. Manuais didáticos e a formação da consciência histórica. **Educar**, Especial, p. 73-92. Editora UFPR. Curitiba, 2006.



ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber histórico na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RÜSSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. v. 1, n. 2, p. 7-16, Ponta Grossa, PR. jul.-dez. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SNYDERS, Georges. **Feliz na Universidade**. Estudo a partir de algumas biografias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

**A utilização e reprodução de imagens, figuras, mapas, tabelas, gráficos, dados e citações neste artigo é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es). A Equipe Editorial da Revista Historiador, bem como os revisores, não tem qualquer responsabilidade sobre as escolhas realizadas pelo(s) autor(es).*